



ARACAJU - SE | JUNHO DE 2021 | ANO 15, Nº 1

# Informativo

PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL REGIONAL DOS EMPREENDIMENTOS MARÍTIMOS DA PETROBRÁS NA BACIA DE SERGIPE - ALAGOAS

A realização do Programa de Comunicação Social Regional é uma medida de mitigação exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal, conduzido pelo IBAMA.



## Marisqueiras fortalecem vínculo do movimento e ampliam articulações e parcerias

Assim como nos demais projetos de mitigação voltados para as comunidades, o projeto de Organização e Fortalecimento Sociopolítico das Marisqueiras do Litoral de Sergipe se reorganizou para manter suas atividades de forma remota diante da pandemia de Covid-19, com adequação do planejamento e metodologias. As principais atividades do projeto são: a assessoria ao Movimento das Marisqueiras de Sergipe (MMS); atuação junto aos órgãos competentes do Estado de Sergipe; articulação junto a entidades e organizações parceiras do MMS. Vamos conhecer, de forma resumida, as principais realizações de cada uma das frentes de atividade do projeto.

**Assessoria técnica ao MMS** - Entre as pautas mais frequentes das reuniões realizadas entre outubro de 2020 e março de 2021, destacam-se a necessidade de fortalecer os espaços de articulação e mobilização entre as mulheres diante do contexto de isolamento social; o aprendizado do uso de ferramentas para comunicação nesse contexto; debates sobre estratégias que contribuam para a temática da saúde nos territórios. Uma das realizações de destaque foi o início do Curso Virtual de Teatro, que tem proporcionado, por meio de dinâmicas, o compartilhamento da ressignificação de experiências e sentimentos para fortalecimento de vínculos e dos processos de articulação. Outra realização relevante foi a conclusão do planejamento bianual das ações do MMS.

**Ações junto ao Estado de Sergipe** - As ações estão relacionadas à agenda de reivindicação de políticas públicas e programas para atendimento às demandas do movimento. No momento, as principais reivindicações estão relacionadas a ações emergenciais de enfrentamento ao cenário de insegurança alimentar e nutricional e à violência doméstica e intrafamiliar, ambos agravados pela pandemia; além do acompanhamento da Política Estadual de Gerenciamento Costeiro em função de sua interferência no ordenamento dos territórios de pesca. A participação do MMS numa das cadeiras do Conselho Estadual de Direitos das Mulheres (CEDM) e na composição do Conselho Estadual de Gerenciamento Costeiro consistem em dois espaços de interlocução concreta do movimento para a escuta das reivindicações das marisqueiras. Uma das conquistas decorrentes dessa articulação foi a doação de cestas básicas, máscaras e álcool gel para as 14 comunidades de atuação do movimento.



*Observatório Popular de Violências e Pela Vida de Mulheres de Povos e Comunidades Tradicionais*

**Articulação junto a entidades e organizações parceiras do MMS** - A participação no I Ciclo de Conversas do Observatório Popular das Violências e pela Vida das Mulheres e Povos Tradicionais de Sergipe, em novembro de 2020, foi um momento de acolhimento e união entre as mulheres, que puderam partilhar suas vivências e fortalecer suas lutas diárias. Já a articulação com a Rede Sergipana de Agroecologia (RESEA) viabilizou o levantamento de dados de processos produtivos de mulheres marisqueiras para sua inserção no projeto de construção de uma plataforma virtual de comercialização dos produtos de mulheres de comunidades tradicionais de Sergipe. A plataforma é um projeto que a RESEA submeteu ao edital do Fundo Canadense em fevereiro de 2021.

Outra atividade do MMS no período foi o Curso Virtual Mulheres e Economia, realizado pelo Instituto Políticas Alternativas Para o Cone Sul - Instituto PACS nos meses de novembro de dezembro. O curso é estruturado a partir da perspectiva da economia feminista, cuja metodologia promove um conjunto de reflexões sobre economia solidária, autogestão, soberania alimentar, orçamento público, impactos de megaprojetos nos territórios-corpos das mulheres. Como fruto dos diálogos, foram

publicadas, num livro viabilizado pelo Instituto PACS como produto do curso, algumas receitas tradicionais de marisqueiras do MMS, entre elas a mariscada de Nice, do povoado Muculanduba (Estância), e a sardinha de panela de pressão da Elienaide, do povoado Preguiça (Indiaroba). A publicação pode ser acessada em <http://pacs.org.br/noticia/instituto-pacs-lanca-livro-de-receitas-elaborado-na-16a-edicao-do-curso-mulheres-e-economia/>.

Para a pescadora Ana Rute, da comunidade Tibúrcio, de Estância, a atuação do MMS tem proporcionado novos aprendizados e vivências, mesmo com o afastamento imposto pela pandemia. Ela avalia também o movimento como oportunidade de amadurecimento das mulheres no processo de participação. “Cada dia que passa temos novos aprendizados. Aprendi a conhecer mais e cresci, e espero que continue assim não só para minha comunidade, mas para as demais. Muitas mulheres tiveram oportunidade de participar dos encontros e evoluir na participação dentro das reuniões. Só tenho a desejar que nós tenhamos mais progressividade e que venham mais comunidades se juntar a nós.”



*Posse do Conselho Estadual de Direitos das Mulheres*

# Dados do PMPDP são importante fonte de dados sobre atividade pesqueira



Coletas de dados nos portos controlados e monitorados

O Projeto de Monitoramento Participativo do Desembarque Pesqueiro (PMPDP) segue produzindo estimativas da pesca na área de abrangência dos empreendimentos da Petrobras na Baía de Sergipe-Alagoas e divulgando as informações ao público pesqueiro. Os dados coletados tornam possível gerar informações de qualidade sobre a dinâmica da pesca de toda a costa de Sergipe e dos municípios de Conde e Jandaíra, no norte da Bahia.



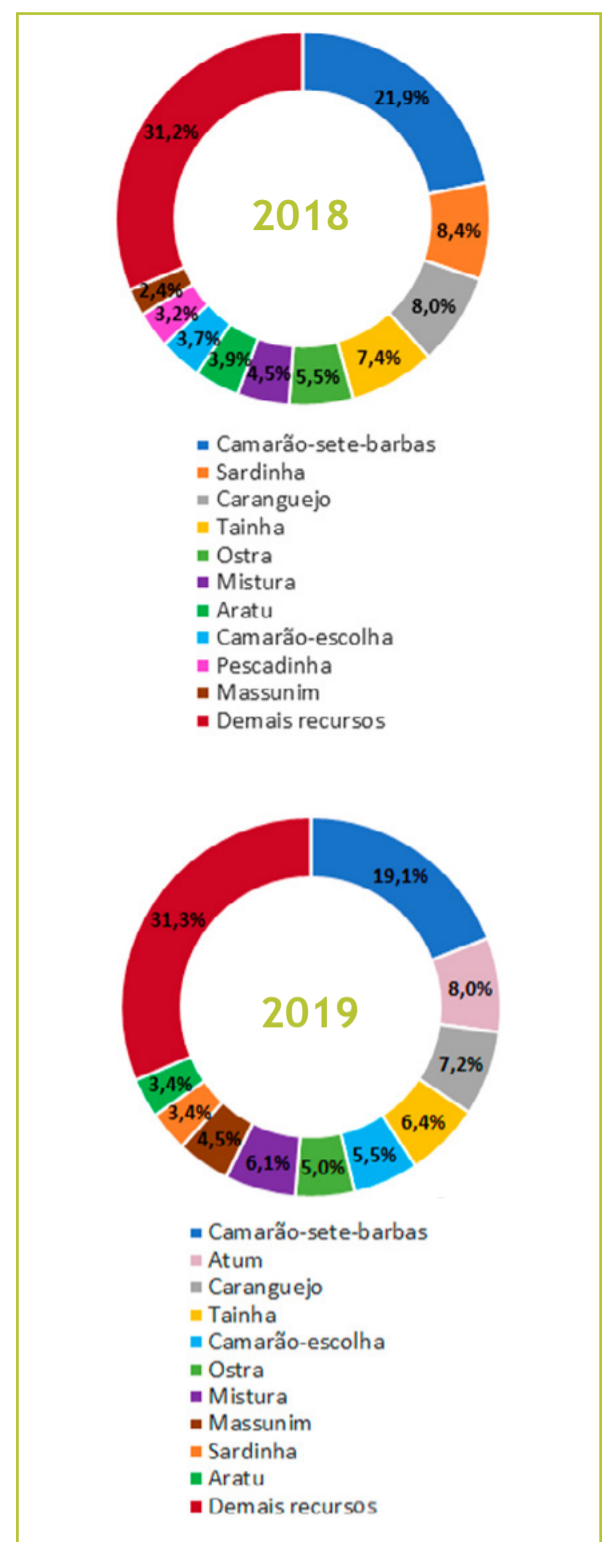
Visita de supervisores nos portos controlados

A figura ao lado mostra os dados consolidados da proporção das principais espécies capturadas na área estudada entre 2018 e 2019. Os peixes representam quase 50% do total da produção estimada, seguida dos crustáceos (30%) e moluscos (17%). Entre os destaques por tipo de espécie, observa-se forte presença do camarão-sete-barbas, sardinha, caranguejo e tainha. Outras espécies de peixe estão representadas na legenda “Demais recursos”. Importante também analisar que não há variação significativa nos tipos de espécie e na proporção entre as mais pescadas no período.

O município de Aracaju representa o maior volume de produção, com mais de 20% do total da área de estudo. Esse município também é o que mais obtém receitas provenientes da produção pesqueira.

Quanto à relação entre a atividade pesqueira e os dados coletados, não se observa, segundo o projeto, interferência negativa entre a atividade e a presença dos empreendimentos da Petrobras na região, seja quanto presença das estruturas e unidades marítimas, à abundância e variedade das espécies registradas. Os dados mais recentes do PMPDP, que compreendem até o ano de 2020, estão sendo processados para análise, revisão e apresentação para as comunidades.

Por conta da pandemia de Covid-19, as devolutivas (como são chamadas a reuniões para apresentação e discussão dos dados para os pescadores e pescadoras) deverão ser realizadas para um número reduzido de participantes por evento, incluindo as equipes técnicas, e respeitando as medidas de controle sanitário da pandemia. As lideranças convidadas podem, a partir daí, fazer a difusão e discussão dos dados com suas comunidades pesqueiras.



O PMPDP realiza coleta de dados desde 2010. O projeto abrange 86 portos, dos quais 26 são monitorados diariamente por coletores de dados, denominados “portos controlados”; e 60 são monitorados somente mensalmente por supervisores de campo, denominados “portos monitorados”. Além da estimativa da produção pesqueira, o projeto produz dados sobre a frota pesqueira e a análise das embarcações que pescam próximo às sondas de perfuração.

## Conselho Gestor prossegue suas atividades se ajustando a cenário da pandemia



O desafio do momento é dar andamento às discussões dos projetos de compensação pendentes até o final da atual gestão

Importante instância de integração comunitária de caráter formativo no âmbito do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC), o Conselho Gestor vem se adaptando ao cenário da pandemia para dar regularidades às atividades previstas nos Planos de Trabalho. Todas as atividades vêm sendo realizadas em modalidade remota, por meio de aplicativos de reunião em grupo. Desde o início do ano de 2021, o grupo de trabalho do Conselho e equipe técnica se reuniram em diversas ocasiões para pautas de planejamento e avaliação.

Entre os encaminhamentos mais importantes, foi prorrogado o período de vigência da 5ª gestão do Conselho, considerando-se as dificuldades de articulação para uma nova eleição no cenário da pandemia; foi definida a suspensão de todas as atividades presenciais do PEAC até que se possa garantir minimamente um controle

quanto às condições sanitárias no contexto da pandemia; foram prorrogados pelo IBAMA os prazos para a discussão dos projetos de compensação pendentes. Quanto à prorrogação para a execução dos projetos de compensação com pendência de terreno/imóvel e do prazo do mandato da atual gestão do Conselho, o conselheiro Luciano Valério, da comunidade de Atalaia Velha (Aracaju), esclareceu que a sugestão partiu dos conselheiros para o IBAMA por conta da pandemia, com o aceite do órgão ambiental.

Para ele, o momento agora é o de retomar as discussões com a preocupação de agilizar os projetos que ficaram prejudicados nesse período. “Nós vamos entrar em contato com o IBAMA e a Petrobras para que tenhamos o início dos Grupos de Trabalho onde iremos tratar sobre temas como a situação das associações

e de questões fundiárias. Espero que as coisas cheguem a bom termo e que tenhamos a condição de sancionar todas as situações para que todo mundo receba suas demandas de compensação”.

### Processo de formação como empoderamento

Quanto ao papel do conselho como instância de formação dentro do PEAC, Luciano Valério percebe maior empoderamento de conselheiros e lideranças comunitárias, habilitando-os a atuar de forma qualificada em muitas frentes de luta pelos territórios da pesca.

“Acompanho muitas pessoas que passaram pelos cursos de formação atuando em várias áreas e dando uma contribuição muito grande com base em informações e conhecimentos adquiridos e aprimorados com base nesses cursos”, avaliou.

# Fique atualizado sobre os empreendimentos da Petrobras na Bacia de Sergipe-Alagoas



Instalações localizadas no Polo Carmópolis

## Projetos de desinvestimento na Bacia de Sergipe-Alagoas

Iniciados em 2020, encontram-se em andamento dois projetos de desinvestimento da Petrobras para concessões da Bacia de Sergipe-Alagoas, conhecidos como Polo Carmópolis e Polo Alagoas.

O desinvestimento do Polo Carmópolis compreende 11 concessões de produção terrestre e inclui acesso à infraestrutura de processamento, logística, armazenamento, transporte e escoamento de petróleo e gás natural. Possui quase 3.000 poços em operação, 17 estações de tratamento de óleo, uma estação de gás, aproximadamente 350 km de gasodutos e oleodutos, além das bases administrativas de Carmópolis, Siririzinho e Riachuelo. Também fazem parte do Polo Carmópolis as instalações contidas no chamado Polo Atalaia (onde estão o Terminal Aquaviário de Aracaju, uma UPGN e uma estação de processamento de óleo); e o oleoduto Bonsucesso-Atalaia, que possui 48,6 Km e escoam a produção de óleo das concessões terrestres até o terminal aquaviário.

Já o Polo Alagoas compreende 7 concessões de produção, sendo seis terrestres e uma marítima. Além dos campos e suas instalações de produção, está incluída na transação a

unidade de processamento de gás natural (UPGN) de Alagoas, que processa 100% do gás natural produzido pela Petrobras em Alagoas. As principais instalações terrestres estão concentradas nos municípios de Pilar e São Miguel dos Campos. O único poço marítimo (concessão de Paru) está situado no município de Coruripe, no litoral sul do estado.

O processo de desinvestimento compreende etapas diversas até a transferência total do negócio e está em acordo com o procedimento especial de cessão de direitos de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos previsto no Decreto 9.355/2018. A Petrobras continua operando a produção das concessões até a conclusão de todas as etapas.

Os projetos de desinvestimento são acompanhados por órgãos de controle como o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), Tribunal de Contas da União e ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), que avaliam o cumprimento de todas as condicionantes legais necessárias para seu avanço e conclusão.



Instalações localizadas no Polo Atalaia



Equipamento instalado no poço marítimo de Paru, em Alagoas

### Campos de Águas Rasas

Conforme informado nas últimas edições deste informativo, os campos de águas rasas localizados em Sergipe (Camorim, Caioba, Dourado, Guaricema e Salgo) entraram em hibernação. Isso significa que a produção de óleo e gás está suspensa, sendo realizadas apenas atividades de manutenção para garantir a integridade das instalações e dos sistemas de segurança das plataformas.

Com a hibernação desses campos, também foi interrompida, desde abril de 2020, a produção na estação de processamento de óleo e na unidade de processamento de gás natural localizadas no Polo Atalaia, em Aracaju, que dependia da produção de óleo e gás que foi suspensa. Essas instalações terrestres estão inseridas em um dos projetos de desinvestimento em andamento na Bacia de Sergipe-Alagoas (ver box).

### Intervenções em águas rasas

Durante o período de hibernação, estão previstas ainda atividades de intervenção para abandono de poços marítimos com uso de equipamentos de sondagem instalados em plataformas de produção já existentes. No momento, essa atividade está ocorrendo em um poço do campo de Camorim (7-CM-44D-SES) com a utilização de equipamento de sondagem de produção hidráulica, que está instalada sobre a plataforma de produção PCM-07. O abandono do poço consiste em uma série de intervenções para deixá-lo tamponado e isolado, uma vez que não há previsão de retomada de produção. O cronograma de intervenções prevê que a atividade de abandono de poços nos campos de águas rasas ocorrerá ao longo dos próximos anos.

### Campo de Piranema

No mês de abril de 2021, a plataforma de Piranema saiu definitivamente do campo de mesmo nome, completando mais uma etapa do processo de descomissionamento do campo de produção em águas profundas localizado na costa sul de Sergipe. Conforme informamos na edição de dezembro de 2020, a produção do campo de Piranema ocorreu de 2007 a 2020 e cumpriu todas as etapas previstas desde a fase exploratória até o descomissionamento, com uma produção total de 25.192.436 barris de óleo equivalente. Para este ano, está previsto o abandono completo dos poços de produção, processo que implica em uma série de operações para deixar os poços tamponados, em condição de segurança e integridade, conforme a legislação vigente

### Projeto Sergipe Águas Profundas (Seap)

A Petrobras continua realizando atividade exploratória em águas ultraprofundas do litoral norte de Sergipe. Está prevista para 2021 a assinatura de contrato para construção de uma unidade de produção do tipo FPSO (unidade marítima de produção, armazenamento e transferência de óleo e gás) para atender aos requisitos específicos da primeira etapa do projeto de produção do Projeto SEAP.



**TELEFONES ÚTEIS**

**0800 Petrobras**  
(Ligação gratuita)

Sergipe ou Bahia  
0800 079 3434

Alagoas  
0800 082 3434

**Linha verde  
IBAMA**

(Ligação gratuita)

Central de atendimento  
0800 61 8080